



PATRICK WOTTRICH DE OLIVEIRA [Sair](#)

Concurso Público da Câmara Legislativa do Município de Candió - PR
41048 - PATRICK WOTTRICH DE OLIVEIRA
Advogado - Candoi

[← voltar](#)

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 8.

A vida não é útil

(Fragmento)

[...]

Uma operação de resgate tem como intuito salvar o corpo que está sendo flagelado e levá-lo para um outro lugar, onde será restaurado. Quem sabe, depois de uma reabilitação, ele pode até seguir operante na vida. Isso partindo da ideia de que a vida é útil, mas a vida não tem utilidade nenhuma. A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade a ela, mas isso é uma besteira. A vida é fruição, é uma dança, só que é uma dança cósmica, e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária. Uma biografia: alguém nasceu, fez isso, fez aquilo, cresceu, fundou uma cidade, inventou o fordismo, fez a revolução, fez um foguete, foi para o espaço; tudo isso é uma historinha ridícula. Por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando a sobrevivência. Se continuarmos comendo o planeta, vamos todos sobreviver por só mais um dia.

Eu tenho insistido com as pessoas, seja na minha aldeia, seja em qualquer lugar, que sobreviver já é uma negociação em torno da vida, que é um dom maravilhoso e não pode ser reduzido. Nós estamos, em nossa relação com a vida, como um peixinho num imenso oceano, em maravilhosa fruição. Nunca vai ocorrer a um peixinho que o oceano tem que ser útil, o oceano é a vida. Mas nós somos o tempo inteiro cobrados a fazer coisas úteis. É por isso que muita gente morre cedo, desiste dessa bobagem toda e vai embora.

Viver a experiência de fruir a vida de verdade deveria ser a maravilha da existência. Alguém vai dizer: "Mas tem tanta gente que vive em dificuldade material, que tem que morar em lugares de miséria e violência...". Porém os lugares de miséria e violência fomos nós que criamos, não têm existência por si. Todas as guerras em curso por aí são produzidas por nós. Também não podemos ficar alimentando essa ideia de destino: "Ah, aquele monte de gente sofreu, passou por aquela desgraça toda, morreu, mas era o destino deles". Isso é uma sacanagem. Não é destino deles nem meu nem de ninguém: nós estamos aqui para fruir a vida, e quanto mais consciência despertarmos sobre a existência, mais intensamente a experimentamos. Sem autoenganação. Se você precisa sair correndo para uma igreja, para um ashram, para uma mesquita ou para um terreiro para se sentir em paz, preste atenção, porque isso pode ser um exercício, mas talvez não seja tudo o que você está esperando. As religiões, a política, as ideologias se prestam muito bem a emoldurar uma vida útil. Mas quem está interessado em existência utilitária deve achar que esse mundo está ótimo: um tremendo shopping. Os grandes

templos contemporâneos são shoppings (inclusive alguns que são templos mesmo).

Os povos originários ainda estão presentes neste mundo não porque foram excluídos, mas porque escaparam, é interessante lembrar isso. Em várias regiões do planeta, resistiram com toda força e coragem para não serem completamente engolfados por esse mundo utilitário. Os povos nativos resistem a essa investida do branco porque sabem que ele está enganado, e, na maioria das vezes, são tratados como loucos. Escapar dessa captura, experimentar uma existência que não se rendeu ao sentido utilitário da vida, cria um lugar de silêncio interior. Nas regiões que sofreram uma forte interferência utilitária da vida, essa experiência de silêncio foi prejudicada.

[...]

Questão 1

O texto é um fragmento da obra *A Vida Não É Útil*, de autoria do imortal da Academia Brasileira de Letras Ailton Krenak. De acordo com o fragmento proposto, é CORRETO afirmar que o autor:

A)

critica a lógica da utilidade como dominante no mundo moderno e propõe uma reconexão com modos de existência não subordinados à produtividade.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** defende a valorização de práticas religiosas e espirituais como caminhos essenciais para reencontrar a utilidade da existência.
- C)** propõe o consumo responsável e sustentável como alternativa viável à lógica produtivista da sociedade atual.
- D)** aponta a sobrevivência como forma mais elevada de realização humana, desde que associada a tecnologias indígenas.
- E)** reconhece que os povos originários foram excluídos da sociedade, mas vê isso como oportunidade de integração futura.



Questão 2

Textos são organizados segundo diferentes tipologias, isto é, formas de construção que revelam características textuais e intenções comunicativas predominantes de quem escreve. Em muitos casos, um mesmo texto pode mesclar essas estratégias, mas ainda assim evidencia uma sequência principal, responsável por sustentar o efeito de sentido dominante. Assinale a alternativa que identifica CORRETAMENTE a tipologia textual predominante do fragmento em questão.

- A)** Trata-se de uma sequência predominantemente narrativa, pois relata experiências vividas pelo autor e por membros de sua aldeia, organizadas em uma sequência temporal de eventos.
- B)** O fragmento é predominantemente descritivo, pois apresenta características detalhadas da vida nas aldeias e descreve minuciosamente o comportamento dos povos originários em oposição ao homem branco.

C)

O fragmento é, principalmente, argumentativo, pois desenvolve um ponto de vista crítico em relação à lógica utilitarista da vida moderna, recorrendo a exemplos, comparações e reflexões para sustentar sua tese.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O fragmento apresenta predominantemente tipologia expositiva, uma vez que consiste em informações objetivas, conceitos e dados com finalidade didática sobre os povos originários e suas crenças.
- E) A tipologia predominante é injuntiva, pois o fragmento busca orientar o leitor com instruções diretas sobre como alcançar o silêncio interior e a fruição da vida.

Questão 3

A linguagem pode cumprir diferentes funções nos textos. No fragmento de *A Vida Não é Útil*, Ailton Krenak constrói seu discurso por meio de uma visão crítica sobre o modo como a vida é conduzida na contemporaneidade. Considerando a função da linguagem que se sobressai, no fragmento, predomina a função:

- A) metalinguística, já que a maior preocupação do autor é discutir a própria linguagem usada para descrever a experiência de viver.
- B) fática, pois o foco está na manutenção do contato entre autor e leitor, por meio de expressões de cumprimento e teste do canal.
- C) emotiva, pois o texto expressa exclusivamente os sentimentos pessoais do autor, sem intenção de dialogar com o leitor.



D)

conativa (ou apelativa), pois o autor se dirige ao leitor com o intuito de provocar uma tomada de consciência e uma mudança de postura diante da vida.

GABARITO PRELIMINAR

- E) referencial, pois o texto busca apresentar, de maneira objetiva e neutra, informações sobre a realidade dos povos indígenas.

Questão 4

O uso da linguagem nas diferentes situações de comunicação reflete fatores como origem social, regional, cultural e histórica dos falantes. No fragmento, Ailton Krenak constrói um discurso que entrelaça pensamento filosófico, crítica social e saber ancestral, adotando marcas linguísticas que dialogam com o contexto de oralidade, de resistência cultural e de pertencimento identitário. Com base na linguagem empregada no fragmento, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Krenak emprega exclusivamente a norma-padrão da língua portuguesa, o que demonstra distanciamento da oralidade e neutralidade quanto a questões culturais.

B)

O fragmento apresenta traços de oralidade e marcas de uma variedade linguística mais próxima da fala cotidiana, o que reforça a aproximação com o leitor e evidencia a valorização de um saber enraizado em experiências coletivas.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O uso da variedade culta impõe rigidez sintática ao fragmento, impedindo a construção de vínculos entre o autor e suas referências culturais.
- D) Krenak privilegia marcas de oralidade informais, o que deslegitima as propostas do fragmento e prejudica o entendimento de suas ideias pela falta de cuidado gramatical.
- E) A linguagem é marcada por tecnicismos e termos científicos, típicos de textos acadêmicos, o que confere impessoalidade e objetividade ao discurso.

Questão 5

Considere o seguinte trecho:

"Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando a sobrevivência. Se continuarmos comendo o planeta, vamos todos sobreviver por só mais um dia.

Eu tenho insistido com as pessoas, seja na minha aldeia, seja em qualquer lugar, que sobreviver já é uma negociação em torno da vida".

Com base no trecho apresentado, assinale a alternativa **CORRETA** sobre os usos das palavras "**que**" e "**Se**" em destaque.



- A) A primeira ocorrência da palavra "que" consiste em uma conjunção coordenativa explicativa, com valor causal, típica da linguagem formal acadêmica.
- B) A segunda ocorrência da palavra "que" é um pronome relativo que retoma o termo "pessoas" e introduz uma oração adjetiva explicativa.

C)

A palavra "Se" foi empregada no trecho em questão como uma conjunção subordinativa condicional.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Ambos os usos de "que" introduzem orações subordinadas adjetivas restritivas que delimitam o sentido de "vida".
- E) A primeira ocorrência da palavra "que" exerce a função de conjunção integrante, introduzindo uma oração adjetiva conclusiva.

Questão 6

Considere o seguinte trecho:

"Nós estamos, em nossa relação com a vida, como um peixinho num imenso oceano, em maravilhosa fruição."

No trecho em questão, diferentes classes gramaticais e processos de formação de palavras contribuem para a construção da imagem poética e crítica mobilizada pelo autor. Com base nesse trecho, assinale a alternativa correta quanto à classificação gramatical das palavras empregadas.

- A) "Fruição" é um verbo em forma nominal de gerúndio, enquanto "maravilhosa" é um advérbio que modifica a intensidade da ação representada pela palavra "fruição".
- B) "Como" é uma preposição que indica conformidade, e "nossa" é um pronome demonstrativo que acompanha o substantivo "relação", designando-lhe valor semântico de posse.

- C) A palavra "maravilhosa" é um adjetivo feminino que qualifica o substantivo "fruição", conferindo-lhe uma avaliação subjetiva, e "peixinho" está no grau diminutivo sintético, com valor semântico metafórico.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O termo "num" é um advérbio de lugar, e "vida" funciona como adjetivo que qualifica a palavra "relação", conferindo-lhe um sentido figurado.
- E) A expressão "imenso oceano" configura um grau aumentativo sintético, e "peixinho" representa um substantivo abstrato, usado em sentido denotativo.

Questão 7

No fragmento disponibilizado, Ailton Krenak articula ideias por meio de recursos de coesão que garantem continuidade sem comprometer o tom reflexivo e ensaístico. Entre os mecanismos utilizados, destacam-se a repetição expressiva, o paralelismo sintático e o uso de pronomes que estabelecem relações anafóricas e catafóricas.



Com base no fragmento, assinale a alternativa cuja análise do mecanismo coesivo está CORRETA.

- A) Em "Nas regiões que sofreram uma forte interferência utilitária da vida, essa experiência de silêncio foi prejudicada", o termo "essa experiência de silêncio" exerce coesão anafórica, uma vez que retoma seu referente no enunciado anterior.

GABARITO PRELIMINAR

- B) Em "isso partindo da ideia de que a vida é útil, mas a vida não tem utilidade nenhuma", observa-se coesão catafórica, pois "isso" antecipa a ideia que será desenvolvida no período seguinte.
- C) Em "é por isso que muita gente morre cedo", o uso de "isso" apresenta coesão referencial catafórica, antecipando o conteúdo do enunciado seguinte.
- D) Em "os povos originários ainda estão presentes neste mundo não porque foram excluídos, mas porque escaparam", a coesão está prejudicada, pois "neste" deveria ser substituído por "nesse" para fazer sentido.
- E) Em "resistiram com toda força e coragem para não serem completamente engolfados por esse mundo utilitário", empregou-se a coesão referencial por meio da elipse, uma vez que o sujeito desinencial dos verbos utilizados encontra-se expresso no termo "Em várias regiões do planeta".

Questão 8

Considere as assertivas a seguir.

I. As palavras "maravilhosas", "historinha" e "guerras" são todas paroxítonas e todas apresentam, pelo menos, um dígrafo.

II. No trecho "é interessante lembrar isso", caso o verbo "lembrar" tivesse sido empregado em sua forma pronominal, o pronome "isso" deveria ser contraído com a preposição "de" para haver adequação à norma-padrão da língua portuguesa.

III. Na oração "vamos todos sobreviver por só mais um dia", observa-se uma silepse de pessoa, já que o pronome "todos" — de 3ª pessoa — se harmoniza semanticamente com o sujeito oculto "nós", de 1ª pessoa.

IV. Ao afirmar "a vida é fruição, é uma dança", o autor recorre à linguagem denotativa, construindo imagens metafóricas para tratar da existência de forma sensível e crítica.

V. Na expressão "Nós estamos, em nossa relação com a vida", o uso do sinal designativo de crase em "a" é facultativo segundo a norma-padrão da língua portuguesa.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A) apenas 3 assertivas estão corretas.

GABARITO PRELIMINAR

B) apenas 4 assertivas estão corretas.

C) todas as assertivas estão corretas.

D) apenas 1 assertiva está correta.

E) apenas 2 assertivas estão corretas.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 9 a 10.

DA CALMA E DO SILÊNCIO

-

Quando eu morder

a palavra,

por favor,

não me apressem,

quero mascar,

rasgar entre os dentes,

a pele, os ossos, o tutano



**do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.**

-

**Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.**

-

**Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.**

**Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.**

**Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio
da poesia penetra.**

Questão 9

Com base no poema, assinale a alternativa CORRETA.



- A) A ideia de silêncio, no poema, representa a ausência de pensamento e a alienação do mundo.
- B) A imagem do "viandante" reforça o elogio à produtividade e ao progresso constante da vida.
- C) O poema sugere que o tempo da poesia exige pausa, introspecção e escuta atenta do invisível.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O uso da metáfora "morder a palavra" indica uma rejeição da linguagem como forma de expressão.
- E) O eu lírico valoriza a ação concreta e rápida como forma de acessar a verdade poética.

Questão 10

Sobre a escritora Conceição Evaristo e sua contribuição para a literatura brasileira, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Destacando-se com livros como *A Obscena Senhora D* e *Cartas de um Sedutor*, sua obra mergulha em questões metafísicas, místicas e eróticas, com forte experimentalismo de linguagem.
- B) A autora é conhecida por obras como *Perto do Coração Selvagem* e *A Hora da Estrela*, nas quais a escrita introspectiva e o fluxo de consciência revelam personagens interagindo com suas nuances existenciais.
- C) A autora publicou livros como *Eu Sei mas Não Devia* e *Do Lado de Dentro do Vidro*, em que o lirismo breve e os contos simbólicos revelam as tensões e sutilezas do universo feminino



- D) É autora de *Olhos d'Água* e *Ponciá Vicêncio*, obras estas que articulam memória, identidade e ancestralidade, a partir de uma escrita comprometida com as vivências da mulher negra, marcada pelo conceito de "escrevivência".

GABARITO PRELIMINAR

- E) Com obras como *Romanceiro da Inconfidência* e *Ou isto ou Aquilo*, sua poesia alia musicalidade e lirismo a uma sensibilidade histórica, transitando entre o simbólico e o engajado.

Legislação

Questão 11

Durante uma manifestação pacífica em praça pública, Lucas utilizava um cartaz com críticas duras a autoridades públicas. A polícia militar, alegando "manutenção da ordem", exigiu que ele se retirasse e recolheu seu cartaz, sem ordem judicial. Lucas não ofereceu resistência, mas foi algemado e conduzido à delegacia e permaneceu detido por cinco horas. Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

- A) a condução coercitiva e a detenção de Lucas foram legítimas, pois o direito de manifestação deve ser previamente autorizado pela autoridade policial.

B)

a conduta do Estado violou direitos fundamentais, pois a liberdade de expressão e de reunião pacífica independe de autorização, sendo vedada qualquer forma de censura ou repressão prévia.

GABARITO PRELIMINAR

- C) a conduta dos policiais foi plenamente correta, uma vez que o Estado pode apreender cartazes com conteúdo político sem autorização judicial, desde que haja possibilidade de "desordem social".
- D) a liberdade de manifestação pode ser restringida pelas autoridades sempre que houver críticas a agentes públicos, como forma de proteção à honra.
- E) o direito de reunião deve ser exercido em locais fechados e com autorização judicial, para garantir a segurança pública. Deste modo, a violação à autorização prévia justificou a detenção de Lucas.

Questão 12

Durante uma fiscalização de rotina, agentes públicos adentraram a residência de Mariana sem mandado judicial, alegando suspeita de crime ambiental com base em denúncia anônima de que ela manteria em sua residência gaiolas com pássaros silvestres. Não havia situação de flagrante, nem Mariana autorizou a entrada. Considerando a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que:

A)

a entrada dos agentes foi inconstitucional, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, e só pode ser penetrada com consentimento do morador, salvo nas hipóteses constitucionais.

GABARITO PRELIMINAR

- B) a conduta dos agentes foi legal, pois qualquer denúncia é suficiente para justificar a atuação estatal em domicílio privado.
- C) a inviolabilidade do domicílio não se aplica quando se trata de proteção ao meio ambiente, direito de interesse coletivo.
- D) a atuação foi legítima, pois a fiscalização ambiental goza de presunção de legalidade, mesmo sem flagrante ou sem mandado.
- E) a entrada na residência foi legítima, pois denúncias anônimas autorizam a fiscalização ambiental sem necessidade de mandado.

Questão 13

Carlos, servidor público, utilizou recursos públicos para beneficiar empresa de sua propriedade, sem licitação, causando prejuízo ao erário. Ele agiu com intenção clara de obter vantagem indevida para si e para terceiros. Após investigação, foi denunciado por prática de improbidade administrativa. Com base na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A conduta de Carlos configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, e para sua responsabilização é suficiente a comprovação do dano, independentemente de que tenha agido com dolo.
- B) Carlos praticou ato de improbidade administrativa que afronta os princípios da administração pública, sendo irrelevante a ocorrência de prejuízo financeiro ou o dolo em sua conduta para a sua

responsabilização.

- C) A improbidade administrativa exige necessariamente a prática de conduta dolosa, mas não necessariamente a comprovação do dano causado ao erário.

D)

O ato praticado por Carlos configura enriquecimento ilícito, e, uma vez demonstrado o dolo da sua ação e o prejuízo aos cofres públicos, é possível a sua responsabilização por improbidade administrativa.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A responsabilização por ato de improbidade administrativa exige necessariamente o dano ao erário, não sendo possível por simples violação de princípios.

Questão 14

Sobre a improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- B) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- C) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

D)

O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, acarreta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Questão 15

Durante uma visita de rotina a uma maternidade pública, a equipe da Defensoria Pública identificou que gestantes em fase final de gravidez não sabiam onde ocorreria o parto, nem haviam sido vinculadas a qualquer unidade de saúde para esse fim. Além disso, foi constatado que os recém-nascidos estavam sendo separados das mães logo após o parto, sob o argumento de que não havia espaço para alojamento conjunto. A Defensoria também verificou a ausência de ações educativas sobre aleitamento materno no hospital. Diante da situação narrada, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A) O ECA assegura que a vinculação da gestante à unidade de realização do parto é um direito, mas sua efetivação depende da disponibilidade orçamentária e da decisão médica.
- B) A separação entre mãe e recém-nascido após o parto deve ser admitida em qualquer unidade de saúde, desde que haja justificativa administrativa.
- C) O ECA atribui às instituições de ensino a responsabilidade exclusiva por ações de orientação sobre aleitamento e cuidados pós-parto.

D)

A orientação sobre aleitamento materno e a permanência do recém-nascido junto à mãe são obrigações dos estabelecimentos de atenção à saúde, conforme previsto no ECA.

GABARITO PRELIMINAR

- E) O ECA prevê que apenas hospitais privados devem garantir a vinculação da gestante ao local do parto e a educação sobre aleitamento materno.

Questão 16

Em uma audiência no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Marta, 45 anos, professora universitária, relatou que, após o fim de um relacionamento de cinco anos com Cláudio, 50 anos, passou a ser alvo de diversos comportamentos hostis por parte do ex-companheiro. Ele envia mensagens diárias com insultos e humilhações, vigia sua rotina nas redes sociais, já apareceu de surpresa na portaria de seu prédio para pressioná-la a reatar o relacionamento e, em certa ocasião, espalhou boatos falsos entre colegas de trabalho, atribuindo a ela condutas desonrosas. Cláudio alega, em sua defesa, que não houve qualquer violência, pois nunca agrediu Marta fisicamente e não convive mais com ela no mesmo domicílio. Com base na Lei nº 11.340/2006 (arts. 1º ao 7º), assinale a alternativa CORRETA.



- A) As condutas relatadas por Marta não caracterizam violência doméstica ou familiar, pois não há coabitação nem vínculo jurídico atual entre os envolvidos.
- B) Apenas a violência física é tipificada pela Lei Maria da Penha como forma de violência doméstica e familiar, o que inviabiliza a aplicação da norma ao caso.

C)

A conduta de Cláudio caracteriza violência psicológica e moral, formas reconhecidas pela Lei Maria da Penha, sendo irrelevante a ausência de agressão física ou coabitação atual.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O caso não se enquadra na Lei Maria da Penha, pois Cláudio e Marta não são mais um casal, nem mantêm convivência afetiva ou familiar, de modo que Cláudio só poderá responder por eventuais crimes no âmbito da justiça comum,
- E) A Lei Maria da Penha exige, como condição de aplicabilidade, que a vítima seja dependente financeiramente do agressor, o que não se verifica no caso.

Questão 17

Em um município do interior, um edital para financiamento público de projetos culturais foi lançado sem qualquer critério de inclusão social ou racial. Dentre os 50 projetos contemplados, apenas um era de autoria de produtores negros, apesar de a cidade ter mais de 60% da população autodeclarada preta ou parda, segundo o último censo. As associações culturais negras locais alegaram que o edital

reforçava desigualdades históricas e solicitaram à prefeitura a criação de cotas raciais e critérios de incentivo específicos, com fundamento no Estatuto da Igualdade Racial. O prefeito respondeu que "a cor da pele não pode ser critério para financiamento público" e que "todos foram avaliados apenas pelo mérito artístico", recusando qualquer alteração nas futuras seleções. À luz do Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa CORRETA.

A) O caso narrado não configura desigualdade racial, pois os critérios de avaliação do mérito artístico foram previamente definidos e aplicados igualmente a todos os concorrentes.

B)

A exigência das associações encontra amparo no Estatuto da Igualdade Racial, que determina a adoção de políticas públicas e ações afirmativas para promover a inclusão da população negra em igualdade de oportunidades, inclusive por meio de incentivos no acesso a financiamentos públicos.

GABARITO PRELIMINAR

C) Como o edital não fazia menção explícita à exclusão de pessoas negras, não há fundamento legal para aplicação do Estatuto da Igualdade Racial à situação.

D) A exigência das associações é inconstitucional, pois a reserva de recursos públicos com base em critério racial somente é permitida no âmbito educacional, não se aplicando a editais culturais.

E) A conduta da administração pública está de acordo com o princípio da isonomia, que veda qualquer forma de tratamento diferenciado com base em raça ou cor, inclusive para fins de acesso a recursos públicos.

Questão 18



Em um aeroporto federal, Mariana, pessoa com deficiência auditiva, dirigiu-se ao balcão de uma companhia aérea para solicitar informações sobre o portão de embarque, mas não havia intérprete de Libras disponível. Um atendente tentou se comunicar apenas por voz, ignorando os gestos da passageira. Como não compreendeu as instruções verbais, Mariana perdeu o embarque. No dia seguinte, procurou a ouvidoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), alegando discriminação e falta de acessibilidade. A empresa afirmou que "não tem obrigação legal de manter intérprete de Libras em tempo integral" e que Mariana deveria "ter avisado previamente sua condição". Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa CORRETA.

A) A recusa da companhia em manter intérprete de Libras não caracteriza discriminação, pois não se trata de uma obrigação expressa da Lei.

B) A alegação de que Mariana "deveria ter avisado previamente" está correta, pois o atendimento prioritário depende de solicitação antecipada.

C) A companhia aérea não incorreu em ilegalidade, pois a presença de intérprete de Libras só é exigida em repartições públicas, não no setor privado.

D) A comunicação por gestos ou escrita é considerada alternativa informal, não protegida pelo conceito de "comunicação" previsto na Lei e, assim, de dispensável aplicação.

E)

Houve violação de direito à comunicação acessível, pois é dever do setor público e privado assegurar recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 19

Durante uma sessão na Câmara Municipal, um vereador solicitou a relação completa de todos os contratos firmados entre a Prefeitura e uma organização da sociedade civil nos últimos dois anos, inclusive os valores repassados. O pedido foi negado sob o argumento de que a entidade é privada, sem fins lucrativos, e não está sujeita às regras de transparência da administração pública. Inconformado, o vereador recorreu à Controladoria Geral do Município alegando afronta à Lei de Acesso à Informação. À luz das disposições gerais da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O controle social da administração pública não é aplicável às relações com o terceiro setor, salvo em caso de suspeita de irregularidade devidamente formalizada.
- B) A entidade de direito privado sem fins lucrativos realmente não está sujeita à Lei de Acesso à Informação, ainda que receba recursos públicos, pois não integra a Administração Pública.
- C) O pedido do vereador não deveria ser atendido, pois viola o princípio do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- D) A Prefeitura agiu corretamente ao negar a solicitação, pois a relação contratual com entidade privada não está compreendida no conceito de "informação" previsto pela Lei de Acesso à Informação.

- E)** A Prefeitura está obrigada a disponibilizar informações sobre a destinação dos recursos públicos repassados à entidade, conforme a publicidade exigida na Lei de Acesso à Informação.

GABARITO PRELIMINAR

**Questão 20**

Uma startup brasileira de tecnologia, com sede em São Paulo, desenvolveu um aplicativo de reconhecimento facial que coleta imagens dos rostos dos usuários para oferecer sugestões personalizadas de maquiagem. O processamento dos dados é feito por servidores localizados na Europa. Uma denúncia foi encaminhada à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), alegando que a coleta e o uso desses dados sensíveis violam princípios da LGPD. A empresa, por sua vez, argumentou que como o tratamento não ocorre em território nacional, a legislação brasileira não se aplicaria. Considerando exclusivamente os artigos 1º ao 6º da LGPD, é CORRETO afirmar que:

- A)** a LGPD aplica-se, sim, ao caso, pois os dados foram coletados no território nacional, independentemente de onde são processados.

GABARITO PRELIMINAR

- B) a aplicação da LGPD depende do local de armazenamento dos dados, e não do local de coleta ou da nacionalidade do controlador.
- C) a LGPD só se aplica se os dados forem utilizados para fins econômicos, o que não é o caso, pois o aplicativo é gratuito.
- D) o tratamento de dados biométricos está expressamente autorizado pelo princípio da inovação tecnológica e não demanda consentimento.
- E) a LGPD não se aplica à startup, pois o tratamento ocorre fora do Brasil e a legislação europeia é suficiente para proteger os titulares.

Conhecimentos Específicos**Questão 21**

De acordo com Canotilho, "o poder constituinte se revela sempre como uma questão de 'poder', de 'força' ou de 'autoridade' política que está em condições de, numa determinada situação concreta, criar, garantir ou eliminar uma Constituição entendida como lei fundamental da comunidade política" (CANOTILHO, José Joaquim Gomes, Direito constitucional, 7. ed., p. 65). Desta forma, sobre o poder constituinte originário e derivado, assinale a alternativa CORRETA.

A)

O poder constituinte originário é inicial, pois instaura uma nova ordem jurídica, juridicamente ilimitado e incondicionado.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** O poder constituinte originário deve obedecer às regras colocadas e impostas pelo derivado, sendo, nesse sentido, limitado e condicionado aos parâmetros a ele impostos.
- C)** O poder constituinte derivado reformador intervém para exercer uma tarefa de caráter nitidamente constituinte, qual seja a de estabelecer a organização fundamental de entidades componentes do Estado Federal.
- D)** O poder constituinte derivado decorrente instaura uma nova ordem constitucional a nível federal.
- E)** O poder constituinte decorrente de revisão estadual, também é chamado de poder decorrente de primeiro grau, e é responsável pela elaboração da Constituição estadual.

Questão 22

Os remédios constitucionais são instrumentos previstos na Constituição que garantem a proteção dos direitos fundamentais e o equilíbrio do sistema jurídico, permitindo que os cidadãos ou o próprio Estado possam atuar para assegurar a preservação da ordem constitucional e dos direitos assegurados pela Constituição. Acerca do Habeas corpus, mandados de segurança, mandado de injunção e habeas data, de acordo com o expressamente previsto na Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional;

II. Conceder-se-á habeas-data para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "mandado de segurança", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

III. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

IV. O habeas-data pode ser concedido para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Está CORRETO o que se afirma em:

A)

I, III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 23

O processo legislativo envolve um conjunto de regras procedimentais, previstas na Constituição, que orientam a criação das diferentes normas. Essas regras devem ser seguidas cuidadosamente por todos os atores envolvidos no processo. Sobre as regras do processo legislativo expressamente previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- C) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

D)

A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por seis Estados, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles.



GABARITO PRELIMINAR

- E) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

Questão 24

De acordo com o art. 1º da Lei Orgânica do Município de Candói: "o município de Candói, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica." Acerca do que prevê expressamente a referida legislação, assinale a alternativa CORRETA.

A)

O Projeto de lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviados pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

GABARITO PRELIMINAR

- B) Compete à Câmara Municipal, exclusivamente, autorizar o prefeito a se ausentar do município, quando

a ausência exceder a 10 (dez) dias.

- C) A convocação extraordinária da Câmara Municipal dar-se-á requerimento de qualquer dos seus membros isoladamente, e a Câmara deliberará sobre qualquer matéria que julgar pertinente, ainda que não seja a matéria para qual foi convocada.
- D) Perderá o mandato o vereador que for acusado em processo criminal pela prática de crime doloso ou culposos.
- E) Os Vereadores serão obrigados a testemunhar perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, e também sobre as pessoas que lhe confiarem ou deles receberem informações.

Questão 25

Considerando as disposições expressas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Candói - PR, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Dependem do quórum de 1/3 (um terço) dos membros, a cassação do prefeito e a cassação do vereador, bem como a aprovação do Código Tributário do Município.

GABARITO PRELIMINAR

- B) A Câmara poderá cassar o mandato do vereador quando ele fixar residência fora do município.
- C) Os líderes e vice- líderes serão indicados à mesa pelas respectivas bancadas partidárias, mediante ofício e, enquanto não for feita a indicação, os líderes e vice- líderes serão os vereadores mais votados da bancada, respectivamente.
- D) As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, se destinam à apuração de fato determinado, e serão constituídas mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3(um terço) dos membros da Câmara.
- E) As Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos próprios membros da Câmara, destinados, em caráter permanente ou transitório, a proceder estudo, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o Legislativo.

Questão 26

Nos termos do art. 98 do Código Civil, "são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem". Desta forma, acerca do que dispõe expressamente o Código Civil acerca dos bens públicos, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Os bens chamados dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, não são considerados como bens públicos.

A) F, V, F, V, F.

B) F, F, F, V, F.

C) V, F, V, V, V.

D) V, F, V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

E) V, F, V, F, V.

Questão 27

A Lei 11.079/2004, editada com fundamento na competência prevista no inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, estabelece normas gerais sobre parcerias público-privadas (PPP). Acerca do expressamente previsto na referida legislação sobre as parcerias público-privadas, assinale a alternativa CORRETA.

A) Antes da celebração do contrato de parceria público-privada, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.



GABARITO PRELIMINAR

B) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

C) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concurso ou leilão, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização do Tribunal de Contas.

D) As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada não poderão ser garantidas mediante garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras.

E) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada não poderá ser feita por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.

Questão 28

A base constitucional direta para a responsabilização pelos atos de improbidade administrativa encontra-se no § 4.º do art. 37 da Constituição Federal: "os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível". A regulamentação do dispositivo constitucional foi operada pela Lei 8.429/1992, diploma de caráter nacional. Acerca do que dispõe expressamente a referida legislação sobre a improbidade administrativa, analise as assertivas a seguir.

I. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa;

II. Na responsabilização da pessoa jurídica por atos de improbidade administrativa, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.

III. A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

IV. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

V. As sentenças civis não produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, III e IV, apenas.

B)
I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

C) II, III e V, apenas.

D) I, II e III, apenas.

E) I, III e V, apenas.



Questão 29

No âmbito do direito civil, o negócio jurídico constitui uma manifestação de vontade com a finalidade de criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações, desde que atendidas aos requisitos de validade previstos em lei, como capacidade das partes, licitude do objeto e forma prescrita ou não defesa em lei. Considerando esses aspectos, assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o que dispõe expressamente do Código Civil.

A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

B) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

C) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

D)
Na interpretação do negócio jurídico, as partes não poderão pactuar livremente regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Questão 30

No direito civil, a obrigação é um vínculo jurídico pelo qual uma pessoa, o devedor, se compromete a realizar uma prestação, seja ela de dar, fazer ou não fazer, em favor de outra pessoa, o credor. Considerando as disposições expressas no Código Civil sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na obrigação de dar coisa incerta, em relação às coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- B) Na obrigação de dar coisa certa, até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
- C) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou, mas não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- D) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda, e devedor, que paga a dívida, sub-roga-se no direito do credor em relação aos outros coobrigados.

- E) Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa por força maior ou caso fortuito.

GABARITO PRELIM



Conhecimentos Específicos

Questão 31

De acordo com o Código de Processo Civil, em relação ao incidente de descon sideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica só pode ser instaurado na fase de execução fundada em título executivo extrajudicial.
- B) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado de ofício pelo juiz.

- C) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica limita-se à execução de títulos judiciais, sendo vedado em execução de título extrajudicial.
- E) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica não é cabível no cumprimento de sentença.

Questão 32

João, advogado, estava estudando sobre embargos à execução. Sabia que, conforme o Código de

Processo Civil, o executado pode se opor à execução por meio de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução. Também aprendeu que, quando houver mais de um executado e estes forem cônjuges ou companheiros, o prazo para apresentação dos embargos será contado a partir:

- A) da juntada individual do comprovante de citação de cada executado, contado separadamente.
- B) da citação de ambos os executados, independentemente de quando os comprovantes forem juntados aos autos.
- C) da juntada do comprovante de citação do primeiro executado citado.
- D) da data da primeira citação, independentemente da ordem de juntada.
- E) da juntada do comprovante de citação do último executado citado.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 33

Pedro e seus amigos Daniel, Paulo, Ingrid e Fernanda estavam estudando juntos para um concurso público. Durante o estudo, cada um fez uma afirmação sobre o tema "tutela de urgência e tutela da evidência", como parte da dinâmica que haviam combinado. As afirmações foram as seguintes:

- Pedro disse: "A tutela de urgência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo."

- Daniel disse: "A tutela da evidência será concedida liminarmente ou após justificação prévia."



- Paulo disse: "A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão."

- Ingrid disse: "A tutela da evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

- Fernanda disse: "A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito."

Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que estão certos:

- A) Daniel, Paulo e Ingrid, apenas.
- B) Pedro, Ingrid e Fernanda, apenas.
- C) Ingrid e Fernanda, apenas.

D) Paulo e Fernanda, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) Pedro e Daniel, apenas.

Questão 34

A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando ocorrerem determinadas situações previstas no Código de Processo Civil. Considerando as hipóteses a seguir, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

Quando se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

Quando ofender a coisa julgada.

Quando violar manifestamente norma jurídica.

Quando resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.

Quando for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.

A)
V, V, V, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

B) F, V, V, F, V.

C) V, F, V, V, F.

D) F, V, F, V, V.

E) V, F, V, V, V.



Questão 35

Nos termos da Lei nº 6.766/1979, observadas as disposições nela contidas e as legislações estaduais e municipais pertinentes, o parcelamento do solo urbano poderá ser feito por meio de:

A) desapropriação ou desmembramento.

B) loteamento ou alienação fiduciária.

C) regularização fundiária ou loteamento.

D)
loteamento ou desmembramento.

GABARITO PRELIMINAR

E) loteamento ou usucapião.

Questão 36

Considerando os requisitos legais e os aspectos característicos da usucapião especial de imóvel urbano, disciplinada pela legislação brasileira, assinale a alternativa CORRETA.

A) Aquele que possuir, como sua, área ou edificação urbana de até trezentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

B) Aquele que possuir, como sua área, ou edificação urbana de até duzentos e vinte metros quadrados, por dois anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

C) Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o sumário.

GABARITO PRELIMINAR

D) Para a usucapião especial de imóvel urbano, a área máxima permitida é de 500 metros quadrados, desde que o possuidor utilize para moradia.

E) A usucapião especial coletiva de imóvel urbano pode ser declarada extrajudicialmente, sem necessidade de sentença judicial.

Questão 37

Os princípios orçamentários são normas gerais que, pela sua relevância, abrangência e valor intrínseco, fundamentam o sistema jurídico, orientando a elaboração e a execução da lei orçamentária. Permitem a interpretação de situações concretas com base nos fins a que a norma se destina. Dentre esses princípios, destaca-se aquele segundo o qual o orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para cada exercício financeiro e para determinado ente federativo, contendo todas as receitas e despesas. Apresentando-se de forma integrada e não segmentada, permite-se obter um retrato geral das finanças públicas, com a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o período, assegurando ao Poder Legislativo e à sociedade uma visão global e o controle das operações financeiras sob responsabilidade da administração pública. Esse princípio é denominado:



A) Princípio da Exclusividade.

B) Princípio da Universalidade.

C) Princípio da Unidade.

GABARITO PRELIMINAR

D) Princípio da Publicidade.

E) Princípio da Anualidade.

Questão 38

À luz da Lei Ordinária Federal nº 4.320/1964, analise os itens a seguir.

I. A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

II. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

B) as asserções I e II são proposições falsas.

C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

GABARITO PRELIMINAR

D) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.

E) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 39

Preencha as lacunas a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

Para os fins da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se _____ com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício. Já a despesa é _____ com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

A) Suficiente, incompatível.

B) Complementar, suficiente.

C) Compatível, adequada.

D) Circunstancial, suficiente.



E) Adequada, compatível.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 40

Nos termos da Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, em seu Art. 3º, a competência para legislar sobre normas gerais de direito urbanístico é da:

A) União.

GABARITO PRELIMINAR

B) Secretaria Municipal de Infraestrutura.

C) Municípios.

D) Defensoria Pública.

E) Fundação Nacional do Desenvolvimento Urbano.